

**BMW GROUP**  
Serviços Financeiros

BMW FINANCEIRA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.  
CNPJ nº 04.452.473/0001-80.



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da BMW Financeira S.A. - CFI submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **Ativos Totais:** Os ativos totais atingiram, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 2.845.788 mil (R\$ 2.417.941 mil em 31 de dezembro de 2021). **Operações de Crédito:** A BMW Financeira S.A. - CFI desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito de forma a garantir que as provisões sejam estabelecidas de forma

adequada ao grau de risco dos clientes. Além disso, monitora de forma recorrente, os valores de garantias contratuais e o comportamento dos contratos em carteira. A carteira de Operações de Crédito atingiu o montante de R\$ 2.642.650 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.519.526 mil em 31 de dezembro de 2021). A Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito atingiu o montante de R\$ 55.857 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 35.499 mil em 31 de dezembro de 2021). **Patrimônio Líquido e Resultado:** O Patrimônio Líquido total atingiu, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 462.260 mil (R\$ 431.856 mil em 31 de dezembro de

2021). A Instituição registrou aumento de Capital no valor de R\$ 50.000 mil a ser integralizado com Reservas Especiais de Lucros durante o exercício de 2022. A BMW Financeira S.A. - CFI encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2022 com um lucro líquido de R\$ 29.890 mil (R\$ 84.011 mil em 31 de dezembro de 2021). **Remuneração dos Acionistas:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela BMW Financeira S.A. - CFI. **A Administração**

Balanco Patrimonial em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de Reais)			
	Notas	2022	2021
<b>Ativo</b>		<b>1.735.398</b>	<b>1.320.337</b>
<b>Circulante</b>		<b>90.429</b>	<b>138.821</b>
Disponibilidades	4	-	-
Ativos financeiros		51.184	51.184
Instrumentos financeiros derivativos	5	-	-
<b>Operações de crédito</b>		<b>1.527.277</b>	<b>1.076.076</b>
Financiamentos - setor privado	6	1.560.719	1.095.123
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(33.442)	(19.047)
<b>Outros créditos</b>		<b>117.675</b>	<b>54.256</b>
Diversos	13 - H	117.675	54.256
<b>Outros valores e bens</b>		<b>17</b>	<b>-</b>
Despesas antecipadas		17	-
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>1.108.276</b>	<b>1.096.133</b>
Ativos financeiros		4.681	12.289
Instrumentos financeiros derivativos	5	4.681	12.289
<b>Operações de crédito</b>		<b>1.059.516</b>	<b>1.047.951</b>
Financiamentos - setor privado	6	1.081.931	1.064.403
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(22.415)	(16.452)
<b>Outros créditos</b>		<b>44.079</b>	<b>35.893</b>
Crédito tributário	10	43.369	35.147
Diversos	13 - H	710	746
<b>Permanente</b>		<b>2.114</b>	<b>1.471</b>
Imobilizado de uso		620	512
Outras imobilizações de uso	3 - G	2.804	2.506
Depreciações acumuladas	3 - G	(2.184)	(1.994)
<b>Intangível</b>		<b>1.494</b>	<b>959</b>
Ativos intangíveis	3 - G	1.494	959
<b>Total do ativo</b>		<b>2.845.788</b>	<b>2.417.941</b>

Passivo			
	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>		<b>1.729.358</b>	<b>1.267.647</b>
Depósitos		758.673	158.235
Depósitos interfinanceiros	7	54.051	108.583
Depósitos a prazo	7	704.622	49.652
<b>Obrigações por empréstimos</b>		<b>745.441</b>	<b>1.035.220</b>
Empréstimos no exterior	8	745.441	1.035.220
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>105.857</b>	<b>12.272</b>
Instrumentos financeiros derivativos	5	105.857	12.272
<b>Outras obrigações</b>		<b>119.387</b>	<b>61.920</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	13 - I	1.801	1.202
Sociais e estatutárias	13 - I	284	798
Fiscais e previdenciárias	13 - I	43.116	35.693
Diversas	13 - I	74.186	24.227
<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>654.170</b>	<b>718.438</b>
Depósitos		254.363	-
Depósitos a prazo	7	254.363	-
<b>Obrigações por empréstimos</b>		<b>361.878</b>	<b>678.200</b>
Empréstimos no exterior	8	361.878	678.200
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>12.510</b>	<b>13.182</b>
Instrumentos financeiros derivativos	5	12.510	13.182
<b>Outras obrigações</b>		<b>25.419</b>	<b>27.056</b>
Obrigações fiscais diferidas	13 - I	4.672	16.652
Provisão para passivos contingentes	11	8.014	8.003
Diversas	13 - I	12.733	2.401
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>462.260</b>	<b>431.856</b>
<b>Capital social</b>		<b>254.296</b>	<b>204.296</b>
De domiciliados no exterior	9	254.296	204.296
<b>Reserva de lucros</b>		<b>207.964</b>	<b>227.560</b>
Reserva legal	9	16.757	15.262
Reservas especiais de lucros	9	191.207	212.298
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.845.788</b>	<b>2.417.941</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Semestre findo em 31/12/2022 e Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de Reais)					
	Capital social	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Total	
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	204.296	11.061	182.921	398.279	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	84.011	84.011	
<b>Dividendos pagos (nota 9 - c)</b>	-	-	(50.000)	(50.000)	
<b>Destinações do lucro:</b>					
Reserva legal	-	4.201	(4.201)	-	
Dividendos	-	-	(798)	(798)	
Reservas especiais de lucros	-	-	79.012	79.012	
Reversão de dividendos provisionados (nota 9 - b)	-	-	365	365	
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	204.296	15.262	212.298	431.856	
<b>Mutações do exercício</b>	-	4.201	29.377	33.578	
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	204.296	15.262	212.298	431.856	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	29.890	29.890	
<b>Aumento de capital (nota 9 - a)</b>	50.000	-	(50.000)	-	
<b>Destinações do lucro:</b>					
Reserva legal	-	1.495	(1.495)	-	
Dividendos	-	-	(284)	(284)	
Reservas especiais de lucros	-	-	28.111	28.111	
Reversão de dividendos provisionados (nota 9 - b)	-	-	798	798	
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	254.296	16.757	191.207	462.260	
<b>Mutações do exercício</b>	50.000	1.495	(21.091)	30.404	
<b>Saldos em 30/06/2022</b>	254.296	16.030	162.298	432.624	
<b>Lucro líquido do semestre</b>	-	-	14.534	14.534	
<b>Destinações do lucro:</b>					
Reserva legal	-	727	(727)	-	
Dividendos	-	-	(284)	(284)	
Reservas especiais de lucros	-	-	28.111	28.111	
Reversão de dividendos provisionados (nota 9 - b)	-	-	798	798	
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	254.296	16.757	191.207	462.260	
<b>Mutações do semestre</b>	-	727	28.909	30.336	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional:** A BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição") pertence ao Grupo BMW. A Instituição foi criada em 21/12/2000 e teve sua constituição homologada pelo Banco Central do Brasil em 24/04/2001, iniciando suas operações em 2/07/2001. A Instituição tem por objetivo principal atender aos clientes na realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, nas modalidades de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e "Floorplan". "Floorplan" é um produto financeiro de curto prazo que tem como objetivo o financiamento de estoque de veículos da rede de concessionárias BMW fornecido pela BMW do Brasil Ltda. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo BMW, inclusive a BMW do Brasil Ltda e BMW Manufacturing Indústria de Motos da Amazonia Ltda, as quais atuam de forma integrada no mercado. As demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Entre 2008 e 2022, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a Instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN): a) CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financieiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; b) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; c) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16; d) CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.804/08; e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16; f) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; g) CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil - homologado pela Resolução CMN nº 4975/21, com vigência a partir de 1º/01/2025; h) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/19; i) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; j) CPC 24 - Eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; k) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; l) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; m) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20; n) CPC 41 - Resultado por Ação - homologado pela Circular CMN nº 3.959/19; o) CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19; p) CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21. A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceram os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor em 1º/01/2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31/12/2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciamento em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (Nota - 3 n). A Resolução CMN nº 4.966/2021 estabeleceu novas regras para classificação, mensuração e contabilização de instrumentos financeiros, provisões para perdas de crédito esperadas, relações de proteção (operações de hedge) e divulgações. O objetivo é harmonizar os critérios contábeis do COSIF (Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil) aos requerimentos da norma internacional IFRS 9, com vigência a partir de 1º/01/2025. A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º/01/2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, os impactos fiscais e a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão previstos no Plano de Implementação do BMW Serviços Financeiros. Durante o ano de 2022 foi elaborado Plano de Ação com cronograma previsto para execução ao longo dos anos de 2023 e 2024. Neste documento estão mapeados os temas que impactam a BMW Serviços Financeiros e provisões para avaliação de recursos disponíveis, elaboração de políticas e procedimentos, classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, acompanhamento junto aos fornecedores de sistemas, demais impactos fiscais e regulatórios, considerando que ainda há dependência de emissões de normativos pelo Banco Central do Brasil para implementação total. As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela diretoria em 23/03/2023. **3. Principais políticas contábeis:** a) **Apuração dos resultados:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata para as de natureza financeira. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. b) **Disponibilidades:** Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor e prazo inferior a 90 dias. c) **Ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável. d) **Instrumentos financeiros derivativos:** A Instituição somente realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao risco de mercado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção ("hedge") e são classificados de acordo com a sua natureza em: **1. Hedge de risco de mercado:** Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de "hedge", tem seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período

de ii. **Hedge de fluxo de caixa:** Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria têm seus ajustes a valor de mercado registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período. e) **Hedge:** No momento da designação inicial do hedge, a Instituição formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge, considerando métodos de cálculo convencionais. A Instituição faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80% a 125%. O item objeto de hedge também é ajustado a mercado produzindo efeitos em despesas com empréstimos e repasses, quando o ajuste for negativo ou, outras receitas operacionais em caso de inversão de saldo. f) **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A reclassificação de operações para categoria de menor risco é admitida quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança de nível de risco. Para os créditos com atraso igual ou superior a 60 (sessenta) dias, é vedado o reconhecimento no resultado do período de receitas e encargos de qualquer natureza assim como disposto na Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 9º. g) **Imobilizado de uso e intangível:** Conforme disposto nas Resoluções nº 4.534/16 e 4.535/16, os intangíveis e imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, impostos de importação, impostos não recuperáveis e demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. A amortização ou depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Instituição espera utilizar o ativo. Os ativos da Instituição são compostos das rubricas abaixo:

Prazo de vida útil	10 anos	10 anos	10 anos	5 anos	5 anos
Instalações	10 anos	Móveis e Equipamentos	10 anos	Mobiliário	10 anos
Equipamentos de Processamento de Dados	5 anos	Sistemas de Processamento de Dados	5 anos		

**h) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** São demonstrados por valores captados, conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos. **i) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 15%, considerando para fins de apuração das bases de cálculo a legislação vigente pertinente a cada encargo. Os valores registrados no ativo, na rubrica "Outros créditos - créditos tributários", foram constituídos sobre diferenças temporárias (Vide nota explicativa nº 10b). Os ativos e passivos fiscais diferidos foram constituídos à alíquota de 25% e 15%, para provisão para devedores duvidosos, marcação a mercado em operações com derivativos (SWAP) e outras provisões operacionais, estando registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20 e Instrução CVM nº 371/02. Para instituições financeiras, a alíquota da contribuição social foi elevada de 15% para 20% para o período base compreendido entre 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, conforme Lei nº 14.183/21, e elevada de 15% para 16% no período compreendido entre 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, conforme Lei nº 14.442/22. **j) Contingências:** Para a constituição de provisão para passivos contingentes, adota-se critério de classificação das contingências em remotas, possíveis e prováveis, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A possibilidade de ocorrência de perda é calculada por avaliação jurídica e a constituição se dá pelo valor das contingências classificadas como prováveis e/ou obrigações legais, dispensando o provisionamento das contingências classificadas como possíveis e remotas. As contingências classificadas como possíveis são apresentadas em nota explicativa, mas sem registro de provisão conforme requisitado pela norma. **k) Lucro por ação:** É calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços. **l) Mensuração ao valor justo:** O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19 entrou em vigor em 1º/01/2020. Não foram identificados impactos financeiros significativos dada a sua adoção. **i. Hierarquia de valor justo:** O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia: **Nível 1:** Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. Neste nível estão derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo. **Nível 2:** Instrumentos financeiros em que o valor justo é calculado com o uso de modelos reconhecidos que utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, utilizando-se técnicas de avaliação em que as variáveis utilizadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo índices e moedas. **Nível 3:** Instrumentos financeiros em que o valor justo é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação, que utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis e/ou não observáveis. **m) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, assim como sua efetiva realização, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões e a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas. **n) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes:** Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/2020 não corrente é definido como aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A Instituição estabelece através de política interna os critérios considerados na determinação do resultado não recorrente como sendo a receita ou despesa que não tem relação direta com o resultado das operações da Instituição e que não tendem a se repetir no futuro e receitas ou despesas inesperadas e que não ocorreram em exercícios anteriores ou que não se espera que ocorram nos próximos exercícios. Para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, não foram identificados itens classificados como itens não recorrentes. **4. Disponibilidades:** Em 31/12/2022 e 2021, as disponibilidades estão compostas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades - Caixa	1.778	25.199
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i) - Não ligadas	88.651	113.622
<b>Total</b>	<b>90.429</b>	<b>138.821</b>

(i) Operações aplicadas no método "overnight". **5. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos passivos próprios encontram-se registrados em contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações de instrumentos similares e/ou dos parâmetros de índices e moedas obtidos divulgadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. A estratégia de hedge da Instituição visa proteger o risco da moeda estrangeira dos empréstimos no exterior, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, bem como os testes de efetividade, estão documentados e confirmam que os derivativos são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior. Em 31/12/2022, a Instituição tinha apenas operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira. Tais operações foram designadas como hedge contábil de risco de mercado e foram realizadas no mercado de balcão, com instituições financeiras não ligadas e estão classificados no nível 2 da hierarquia do valor justo. **a) Avaliação a valor de mercado:** Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações

Demonstrações do Resultado - Semestre findo em 31/12/2022 e Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)				
	Notas	2022	2021	2021
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>210.193</b>	<b>618.751</b>	<b>265.257</b>
Operações de crédito	6 - E	226.313	394.864	266.203
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		6.304	12.935	4.775
Operações de empréstimos e repasses	8	(2		

continuação

b) Composição da carteira de crédito por vencimento:

	31/12/2022		
	CDC	Floor Plan	Total
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	293.728	103.262	396.990
De 91 até 360 dias	847.040	302.755	1.149.795
Acima de 360 dias	1.081.931	-	1.081.931
<b>Subtotal</b>	<b>2.222.699</b>	<b>406.017</b>	<b>2.628.716</b>
<b>Parcelas vencidas:</b>			
De 15 até 180 dias	11.905	-	11.905
De 180 até 360 dias	2.029	-	2.029
<b>Subtotal</b>	<b>13.934</b>	<b>-</b>	<b>13.934</b>
<b>Total</b>	<b>2.023.633</b>	<b>406.017</b>	<b>2.429.650</b>

Parcelas em curso normal:

	31/12/2021		
	CDC	Floor Plan	Total
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	169.628	76.900	246.528
De 91 até 360 dias	633.131	210.579	843.710
Acima de 360 dias	1.064.403	-	1.064.403
<b>Subtotal</b>	<b>1.867.162</b>	<b>287.479</b>	<b>2.154.641</b>
<b>Parcelas vencidas:</b>			
De 15 até 180 dias	4.089	-	4.089
De 180 até 360 dias	796	-	796
<b>Subtotal</b>	<b>4.885</b>	<b>-</b>	<b>4.885</b>
<b>Total</b>	<b>1.872.047</b>	<b>287.479</b>	<b>2.159.526</b>

c) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	31/12/2022		
	CDC	Floor Plan	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>34.066</b>	<b>6.801</b>	<b>40.867</b>
Constituições	14.799	2.667	17.466
Reversões	(3.942)	(5.597)	(9.539)
Baixas	(13.295)	-	(13.295)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>31.628</b>	<b>3.871</b>	<b>35.499</b>
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>31.628</b>	<b>3.871</b>	<b>35.499</b>
Constituições	30.436	9.553	39.989
Reversões	(228)	(7.270)	(7.498)
Baixas	(12.133)	-	(12.133)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>49.703</b>	<b>6.154</b>	<b>55.857</b>
<b>Saldo em 30/06/2022</b>	<b>40.131</b>	<b>7.087</b>	<b>47.218</b>
Constituições	17.112	4.495	21.607
Reversões	(163)	(5.428)	(5.591)
Baixas	(7.377)	-	(7.377)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>49.703</b>	<b>6.154</b>	<b>55.857</b>

Renegociações CDC

Recuperações

10 Concentração dos maiores devedores:

	31/12/2022	31/12/2021	
10 maiores clientes	244.243	174.349	8%
50 seguintes maiores clientes	205.349	147.865	7%
100 seguintes maiores clientes	81.510	73.025	3%
Demais clientes	2.111.548	1.764.287	82%
<b>Total</b>	<b>2.642.650</b>	<b>2.159.526</b>	<b>100%</b>

e) Resultado de operações de crédito:

Rendas com operação de "CDC"

Rendas com operação de "Floorplan"

Recuperações de crédito

7. Depósitos: a) Interfinanceiros: Referem-se às captações de recursos com a BMW Leasing do Brasil S.A. e instituições financeiras, com vencimento até outubro/2023, a taxas pré-fixadas que variam entre 12,87% a 13,25% ao ano (8,28% a 11,60% ao ano com vencimento até dezembro/2022 em 31/12/2021). b) A prazo: Referem-se às captações de recursos com concessionárias BMW, com a BMW do Brasil e com a BMW Manufacturing Indústria de Motos da Amazônia Ltda., com vencimento até junho/2027, a taxas pós-fixadas de 97% a 100,5% CDI (97% do CDI com vencimento até fevereiro/2022 em 31/12/2021). c) Composição da carteira de depósitos por vencimento:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
<b>Depósitos Interfinanceiros:</b>				
Até 90 dias	40.157	70,711	40.157	70,711
De 91 até 360 dias	13.894	37,872	13.894	37,872
<b>Total</b>	<b>54.051</b>	<b>108,583</b>	<b>54.051</b>	<b>108,583</b>
<b>Depósitos a prazo:</b>				
Até 90 dias	314.931	49,652	314.931	49,652
De 91 até 360 dias	389.691	-	389.691	-
Acima de 360 dias	254.363	-	254.363	-
<b>Total</b>	<b>958.985</b>	<b>49,652</b>	<b>958.985</b>	<b>49,652</b>

d) Despesas com captação no mercado:

Despesas de depósitos interfinanceiros

Despesas de depósitos a prazo

8. Obrigações por empréstimos e repasses: Referem-se às captações no exterior provenientes das entidades na Holanda - BMW Holding B.V., no total de R\$ 1.107.319 em 31/12/2022 (R\$ 1.713.420 em 31/12/2021), vide nota 12. As captações têm como último vencimento janeiro/2025, com indexadores em Euro e com taxas pré-fixadas que variam entre -0,06% a 2,78% ao ano (último vencimento em abril/2024 e taxas pré-fixadas que variam entre -0,05% a 0,62% ao ano em 31/12/2021). As taxas praticadas estão de acordo com a política do Grupo BMW, que utiliza ferramentas próprias de precificação com base no mercado internacional, e respeitam os preceitos exigidos para fins locais. No exercício findo em 31/12/2022, o total do resultado com obrigações por empréstimos e repasses foi de R\$ 210.952 (R\$ 5.721 em 31/12/2021).

9. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social é representado por 185.014.272 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Em 25/04/2022, foi efetuada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que tratou de (a) aprovar, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021; (b) consignar que não haverá distribuição de dividendos aos acionistas; (c) reeleger a Diretoria para o presente exercício social, mantendo-se a mesma remuneração do exercício anterior, (d) aprovar o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de reservas, no montante de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), com a emissão de 36.377.755 (trinta e seis milhões, trezentas e setenta e sete mil, setecentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A documentação foi apresentada ao Banco Central do Brasil em 04/05/2022 e homologada em 14/06/2022 e a Ata de Assembleia foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP em 18/07/2022. b) Dividendos: Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, conforme Estatuto Social. A assembleia de acionistas pode, se não houver oposição de nenhum acionista presente, deliberar distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro, nos termos do art. 202, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76. Nesse contexto, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 25/04/2022 foi deliberado que não haverá distribuição de dividendos aos acionistas referente ao exercício findo em 31/12/2021. A reversão dos dividendos foi realizada após a homologação da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária pelo Banco Central do Brasil. c) Reservas: Reserva legal: Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. Reservas especiais de lucros: Referem-se aos lucros que deixaram de ser distribuídos aos acionistas. De acordo com a legislação em vigor, o saldo em Reservas de Lucros, exceto para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o Capital Social. Attingido esse limite, à Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

10. Imposto de renda e contribuição social:

a) Imposto de renda e contribuição social - valores correntes e diferidos:

Resultado antes da tributação sobre o lucro

Adições/(-) Excluídos permanentes:

Adições/(-) Excluídos temporários:

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Recuperação de créditos

Marcação a mercado - Swap e Empréstimos

Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas

Provisões operacionais

Base de cálculo

Alíquota (IR 15%)

Adicional (IR 10%)

Alíquota (CS 15%)

Alíquota (CS 16%) - (Nota 3 - I)

Ativo/passivo fiscal diferido

Efeito do IR e CS no resultado

Diretoria

Mario Andreas Janssen - Diretor-Presidente

Holger Manfred Spiegel - Diretor

Marianne Resmond Cruz Losito - Diretora

Thais Andrade Costa - Contadora - CRC 1SP269365/O-8

Aos Administradores e Acionistas

BMW Financiera S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BMW Financiera S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMW Financiera S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distor-

Resultado antes da tributação sobre o lucro

Adições/(-) Excluídos permanentes:

Adições/(-) Excluídos temporários:

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Recuperação de créditos

Marcação a mercado - Swap e Empréstimos

Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas

Provisões operacionais

Base de cálculo

Alíquota (IR 15%)

Adicional (IR 10%)

Alíquota (CS 15%)

Alíquota (CS 20%) - (Nota 3 - I)

Benefício PAT

Exercícios anteriores

Ativo fiscal diferido

Efeito do IR e CS no resultado

b) Movimentação do ativo fiscal diferido:

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Outras (contingências, provisões operacionais, MTM e empréstimos)

Total

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Outras (contingências, provisões operacionais, MTM e empréstimos)

Total

c) Movimentação do passivo fiscal diferido:

MTM Swap e Empréstimos

Total

MTM Swap e Empréstimos

Total

A Administração da Instituição referendou o estudo técnico da realização dos créditos tributários, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020. Os créditos tributários foram constituídos sobre diferenças temporárias e, com base no estudo supracitado, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários. O valor presente dos créditos tributários, constituído na data do balanço, calculado com base na Yield Curve é de R\$ 38.371 (R\$ 32.644 em 31/12/2021). O valor presente dos passivos diferidos, constituído na data do balanço, calculado com base na Yield Curve é de R\$ 4.120 (R\$ 15.025 em 31/12/2021). O valor atual dos créditos tributários, líquido de passivo diferido é de R\$ 38.696 (R\$ 18.495 em 31/12/2021). Em 31 de dezembro, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	31/12/2022			
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2023	21.167	18.659	(4.423)	(3.899)
Em 2024	8.338	7.400	(262)	(232)
Em 2025	4.338	3.853	(13)	(11)
Em 2026	2.251	1.999	-	-
Em 2027	7.275	6.460	-	-
<b>Total</b>	<b>43.369</b>	<b>38.371</b>	<b>(4.672)</b>	<b>(4.120)</b>

11. Passivos contingentes: Os passivos contingentes são registrados nos livros contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, forem considerados riscos de perda de uma ação judicial ou administrativa, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. a) Contingências cíveis: São ações judiciais de caráter indenizatório, medidas cautelares, ações de obrigação de fazer, declaratórias ou revisional de cláusulas contratuais, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão. b) Contingências trabalhistas: São ações judiciais que visam o pagamento de verbas pleiteadas por colaboradores da instituição - empregados ou não - em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão. c) Contingências passivas: Os passivos contingentes mencionados nos itens anteriores tratam-se das ações movidas contra a instituição e/ou que possuem algum tipo de pleito contrário à mesma. Os passivos classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados.

Provisão para passivos contingentes

Saldo em 31/12/2021

(-) Constituições

Reversões

Saldo em 31/12/2022

Saldo em 31/12/2022

(-) Constituições

Reversões

Saldo em 31/12/2021

d) Resumo de passivos contingentes, causas classificadas como possíveis:

Qtde. Processos

Montante R\$

Qtde. Processos

Montante R\$

Cíveis

Trabalhistas

Fiscal

Total

As causas classificadas como possíveis referem-se a ações judiciais nas quais ainda não se pode precisar a probabilidade de perda, em razão da fase processual em que se encontram, bem como de divergência jurisprudencial sobre os temas discutidos. As causas classificadas como remotas referem-se a ações judiciais nas quais a probabilidade de perda é considerada inexistente, de baixa probabilidade, ou onde seja impossível, no momento da avaliação, mensurar o risco, por falta de elementos de fato ou valorativos. 12. Partes relacionadas: As operações da Instituição são conduzidas levando em consideração a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, sendo estas divulgadas de acordo com o CPC 05 homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09. O controlador da BMW Financiera S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é BMW Espanha Finance, S.L.

a) Transações com partes relacionadas: Os principais saldos mantidos com partes relacionadas em 31/12/2022 e 2021 podem ser demonstrados da seguinte forma:

Ativo (Passivo)

Receitas (Despesas)

2022

2021

2022

2021

BMW do Brasil Ltda.

Outros créditos - diversos

Equalizações a receber

Depósitos a prazo

Outras obrigações - diversas

BMW Manufacturing Indústria de Motos da Amazônia Ltda.

Outros créditos - diversos

Equalizações a receber

Depósitos a prazo

BMW Leasing do Brasil S.A.

Depósitos interfinanceiros

Valores a pagar - ligadas

BMW AG

Outras obrigações - diversas

BMW Finance N.V.

Empréstimos em moeda estrangeira

BMW North America

Outras obrigações - diversas

b) Remuneração do pessoal-chave da administração: Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pela direção e controle das atividades da Instituição e é composto pelos membros estatutários.

Salários e honorários da Administração

Remuneração da administração

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

cidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso - identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

13. Outras informações: a) Resumo da Descrição da Estrutura Integrada de Gerenciamento de Riscos: Com o objetivo de atender as disposições dos normativos vigentes aplicáveis, emitidos pelos órgãos reguladores competentes, o Departamento de Riscos das empresas BMW Financiera S.A. - CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto BMW Serviços Financeiros, é o responsável pelo gerenciamento dos riscos da instituição, sendo eles: - Risco de Crédito; - Risco Operacional; - Risco de Mercado e IRRBB (variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária); - Risco de Liquidez; - Risco de Segurança Cibernética; e - Risco Social, Ambiental e Climático. O Departamento de Riscos junto à instituição adota uma política conservadora em termos de exposição a riscos, emitindo diretrizes e fixando os limites definidos pela Alta Administração, em linha com as normas estabelecidas pelo Grupo BMW, conforme descrito nos materiais disponibilizados no site da Instituição. Em suas atividades, a BMW Serviços Financeiros gerencia os riscos sob o qual está exposta de forma integrada, respeitando o seu Apetite a Risco, visando alcançar os objetivos estratégicos definidos. Para tanto, o Departamento de Riscos possui processos para identificar, mensurar, avaliar, reportar, controlar e mitigar os riscos sob os quais a instituição está sujeita. b) Risco de crédito: Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Visando realizar uma efetiva gestão e gerenciamento do risco de crédito, a Instituição estabelece provisões de risco de crédito adequadas ao grau de risco. Não obstante, monitora os valores das garantias contratuais e o comportamento da carteira. c) Risco operacional: Os Riscos Operacionais são definidos como aqueles capazes de causar perdas, financeiras ou não, em função das falhas nas atividades executadas por pessoa, sistemas, inadequação de processos, além daquelas causadas por eventos externos. Como parte do processo de Gerenciamento de Riscos Operacionais, existe um ciclo de atividades desenvolvidas durante cada exercício, no sentido de rever e identificar novos cenários de Risco Operacional, bem como Planos de Ação para mitigar os mesmos. Também faz parte deste ciclo, o treinamento dos colaboradores da instituição. d) Risco de Mercado, Liquidez e Variação de Taxas de Juros (IRBB): Risco de Mercado: Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, bem como a sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, da variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRBB), dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities"). Risco de Liquidez: Definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - ocasionando em "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da